

# Cultura e democracia: Gênese da institucionalização do direito à informação no Brasil

Renata RIBEIRO ROLIM

## ABSTRACT

Two years ago the ‘right to communication’ emerged as one of the main issues in the ongoing debates concerning human rights in Brazil. Although the introduction of that expression has itself contributed to mobilize research regarding the organization of social communication, simplifying the discussion by applying the ideas of ‘before’ and ‘after’ may jeopardize a more dialectic analysis of the ruptures and continuities that took place in the Brazilian society and the ways to theorize them. In the very genesis of the mediatic environment of this country the present text seeks the contradictions, difficulties and possibilities of a more democratic social communication, aiming to produce knowledge that will help to orient social actions.

**Key words:** Culture and democracy / Brazil / Human rights and communication.

Comunicação e direitos humanos. Poderia haver duas temáticas mais presentes na vida concreta de pessoas, grupos, classes e países? De fato, não se pode negar a importância econômica, social, política e cultural da atividade “comunicação”, nem o papel que o direito desempenha nesse campo, seja como legitimador da expansão de relações sociais dominadas pelos objetivos de acumulação de capital seja como parte da mobilização popular contra a hegemonia dessas relações.

Nos últimos três anos o “direito à comunicação” emergiu como tema central na discussão sobre os direitos humanos no Brasil. Enquanto o termo “liberdade de expressão” é identificado com a exploração comercial dos meios de comunicação e o “direito à informação” vincula-se com uma certa atividade “passiva” do receptor, o “direito à comunicação” seria um direito novo, capaz de englobar e dar solução a todos os problemas que desafiam os projetos de democracia do espaço midiático brasileiro: concentração e cruzamento da propriedade dos veículos, favorecimento político no processo de distribuição das frequências para emissoras privadas e comunitárias, deficiência do controle social dos conteúdos do rádio e da televisão e dificuldade de acesso às novas tecnologias de informação, especialmente à Internet e aos *softwares*.

Se, por um lado, a introdução de um novo termo ajuda a mobilizar discussões a respeito da organização da comunicação social no Brasil, por outro, corre o risco de reduções simplistas, em termos de “antes” e “depois”, em prejuízo do enfoque dialético mais atento às rupturas e continuidades operadas na complexificação social e nas formas de teorizá-las.

Os problemas desse tipo de postura aumentam quando é trasladada para o terreno estritamente “jurídico”. A dogmática tradicional dos direitos humanos classifica a liberdade de expre-

ssão (ou o direito à comunicação, aqui podemos tomá-los como sinônimos) entre as liberdades de pensamento, pretendendo que seja desde logo garantida como direito inato, que se ancora em uma essência humana indescritível, e por isso imutável e infinita, independente da evolução das tecnologias de produção e de difusão da informação, bem como das relações de poder a partir das quais se constrói o uso que delas se faz. No mesmo sentido, tornou-se quase lugar comum apontar a Constituição de 1988 como o marco da “redemocratização” na esfera da comunicação social no Brasil, especialmente por ela ter instituído os princípios do direito à informação após um longo período de censura. Uma das primeiras dificuldades que se apresenta ao se analisar os limites e as possibilidades de se constituir e desenvolver um poder real de expressão dos cidadãos no Brasil parece estar na defasagem entre a consolidação da industrialização, seguida da constituição de um mercado de bens culturais, e a extensão de direitos de cidadania, ao contrário, portanto, do que ocorreu nos países centrais em que essas duas esferas se desenvolveram de forma concomitante. Em outras palavras, enquanto nesses países o Estado, sendo instrumento de realização dos interesses dominantes, legitimava-se aos satisfazer também os das demais classes, entre nós essa transformação capitalista operou-se sem tal necessidade.

Diante desse quadro, surge a necessidade de um estudo sobre a constituição do espaço midiático brasileiro, tendo como norte o processo histórico que tornou possível a institucionalização do direito à informação neste país.

Estudar a gênese do espaço midiático brasileiro se mostra de fato relevante para o debate atual sobre o direito à comunicação. O presente texto tem, portanto, como objetivo produzir conhecimentos que sirvam de fundamentos para orientar ações sociais, ao se buscar conclusões sobre as contradições, dificuldades e possibilidades para a democratização da comunicação social no país.

Nesse sentido, as contribuições de Yves de la Haye sobre a gênese do aparelho de informação francês mostram-se relevantes. Nesse estudo o autor identificou um triângulo de forças - a do Estado, do movimento do capital e dos movimentos sociais –cuja compenetração e ação recíprocas dão à comunicação social sua identidade e sua complexidade modelada pela história.<sup>1</sup> Tal maneira de ver o espaço da comunicação social, apesar de se debruçar sobre a formação do setor comunicacional de um país específico, dispõe de ampla abrangência, pois, ao não se limitar à mera descrição da evolução das técnicas e de suas regulamentações, procura captar sua estrutura global.

Sem conceber a dinâmica dessas três forças como separadas ou justapostas, mas em termos de combinações e confrontos, Yves de la Haye pôde especificar como sendo expressão do Estado em matéria de comunicação, essencialmente, a busca pela conservação da hegemonia, enquanto o capital se move, basicamente, pelo lucro e os movimentos sociais se expressam pela mobilização defensiva e ofensiva, também proporcionadas pela forma de conceber e praticar a informação que engendre a ação, além da luta no terreno dos segredos.<sup>2</sup>

Assim, como o Estado brasileiro procedeu na constituição de uma esfera deveras importante para a consolidação da hegemonia, quais as relações significativas mantidas com as empresas de comunicação audiovisual, de que forma essas se desenvolveram, como atuaram os movimentos sociais nesse setor? Como foi possível, por outro lado, a compatibilidade entre os princípios da doutrina da Segurança Nacional e a expansão da “cultura de massas”?

Essas e outras questões podem ser mais bem compreendidas quando acompanhamos a consolidação de uma sólida infra-estrutura em telecomunicação, o alargamento do mercado cultural, o desenvolvimento de práticas “alternativas” em comunicação que, além de questionar

o sistema de representação política vigente utilizava os meios de comunicação como um auxílio para a construção de uma hegemonia popular e o reconhecimento constitucional dos princípios do direito à informação.

## 1 MILAGRE E MIRAGEM NA PERIFERIA

Industrialização pesada, acesso mais facilitado a bens de consumo, urbanização e ampliação do sistema educacional. Quais seriam as implicações políticas, econômicas, sociais e culturais da “modernidade” em um país periférico, cuja herança de desigualdade econômico-social e de autoritarismo nas relações pessoais, sociais e políticas sustentaram tanto os governos militares como a nascente indústria cultural?

### 1.1 *Tradição e modernidade*

A articulação pouco equilibrada entre Estado, capital privado interno e capital externo imprimiu a marca do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil para consolidar sua industrialização em meados da década de 50 e que permitiu transformá-lo em pouco tempo, sob a égide de uma ditadura militar, em um dos países mais industrializados do Terceiro Mundo. O reverso desse impressionante crescimento econômico, que em cada crise alertava para seus verdadeiros limites, mostrava-se na grande influência do capital estrangeiro e na dificuldade de se romper com a hierarquia da divisão internacional do trabalho, pelo que não se logrou um padrão autônomo de acumulação.

De fato, a internacionalização do grande capital monopolista das economias centrais nos anos posteriores a Segunda Grande Guerra ensejou o avanço da industrialização em alguns países periféricos. A marca distintiva de tal processo nesses países deu-se nos êxitos dos esforços em constituir uma base industrial pesada. No entanto, como em nenhum deles havia suficiente concentração e centralização do capital e como a simples penetração do capital estrangeiro nos setores de bens de produção não poderia garantir o avanço da industrialização, a atuação do Estado como agente fundamental da monopolização do capital seria decisiva.

No Brasil não foi diferente. Chegando tardiamente à industrialização e incorporando em um curto período de tempo os padrões de reprodução e de transformação do capitalismo monopolista na fase do pós-guerra, o Estado cumpriu o papel que cabia ao capital financeiro nos países de industrialização avançada, isto é, aglutinou o processo de monopolização do capital para viabilizar, diretamente por meio de empresas públicas e indiretamente através de um sistema financeiro público, a constituição do setor de bens de produção.<sup>3</sup>

A ociosidade produtiva, o desemprego e o aumento da inflação, que desencadearam uma crise econômica em 62 que se prolongou até 67, foram resolvidas politicamente por meio de um golpe de Estado, consolidando a aliança entre certos setores do capital privado nacional e o capital estrangeiro, dando novo impulso ao processo de acumulação.

Para Maria da Conceição Tavares e Luiz Gonzaga Belluzzo, o período do “milagre brasileiro” representou um impacto expansivo sobre a economia apenas momentâneo, cujo auge deu-se entre 70 e 73. A industrialização pesada, liderada pelos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital, uma vez instalados e tendo passado posteriormente por um período de aceleração dos investimentos, não poderia garantir por si sós o sistema de demanda industrial.

Foi nesse momento que se tornou preponderante a indústria de bens de consumo não-duráveis, cuja capacidade de sustentação está intimamente relacionada com a taxa de crescimento do emprego e de salário. Devido aos limites dessas variáveis, comuns em países periféricos, o investimento público, por sua vez, poderia intervir para reequilibrar o sistema econômico, permitindo a sustentação das taxas de investimento e de produção da indústria de base, mas desde que o fizesse indefinidamente.<sup>4</sup>

Dada essa impossibilidade, os efeitos negativos desestabilizadores do investimento público prevaleceram sem que as taxas de investimento privado pudessem se verificar em médio prazo. Ficaria mais claro, com isso, que ampla intervenção do Estado na economia não o fez forte no sentido de ser capaz de dar rumo autônomo ao processo de industrialização mais avançada. Como a introdução do progresso tecnológico que se dá dentro do sistema das empresas internacionais é monopolizada pelas economias dominantes e como tal incorporação só se efetua em setores de bens de produção nacionalmente mais privilegiados pelo poder público, além da hierarquização da divisão internacional do trabalho se impor, a articulação entre os interesses do capital estrangeiro e do capital privado nacional realizada pelo Estado distingue-se pela instabilidade.

Essa é a regra. Contudo o governo militar do general Geisel, que também daria início ao processo de abertura do regime de forma “lenta, gradual e segura”, foi responsável pela adoção de medidas para reforçar a indústria de bens de capital e reequilibrar o balanço de pagamentos. O II Plano Nacional de Desenvolvimento, posto em prática em 1974, tinha em vista tal projeto, repetindo o mecanismo de endividamento público, mas desta vez redirecionando a economia para as exportações. Entre os setores contemplados por esse plano nacional o da informática recebeu atenção especial em razão dos interesses em manter a soberania nacional, que à época se combinava com os princípios da Doutrina da Segurança. Mediante acordos com empresas estrangeiras, que previam a transferência de tecnologias, foi possível construir um microcomputador nacional. Na preparação para a “era pós-industrial”, organismos públicos foram criados, com ênfase na pesquisa tecnológica, entre elas a empresa COBRA, e o mercado de microcomputadores foi posto em reserva nacional.<sup>5</sup>

Apesar desses esforços, o modelo de industrialização brasileira, que dependia largamente da composição dos interesses estrangeiros e nacionais por parte do Estado, novamente imprimiu seus limites. Se internamente tal projeto contava apenas com apoio de parte do setor produtivo nacional e estrangeiro mais relacionado com as exportações, além do descrédito da população que via o poder de compra real do salário diminuir, externamente o avanço do II PND restou comprometido pela paralisação dos empréstimos internacionais, de que se tornou dependente, na década seguinte. Na esteira desse processo, porém, os interesses do sistema financeiro, que se privilegiava do endividamento do Estado, se consolidavam no país.<sup>6</sup>

No entanto, não foram apenas tais dificuldades que o país teve que enfrentar no processo de reestruturação produtiva mundial a partir dos anos 70. A chamada “questão social”, expressa numa das mais desiguais distribuições de renda do planeta, também exigiu sua parcela de fator complicador e desencadeador da crise dos anos 80. Mas antes caberia uma pergunta: como foi social e politicamente possível um crescimento econômico tão elevado, incomparável com qualquer outro naquele contexto, em um período menor do que dez anos, mantendo as desigualdades que caracterizam o país historicamente?

Entre 1930 e 1980, quando o país abandonava o modelo agrário-exportador para se transformar em um dos maiores sistemas produtivos do Terceiro Mundo contando com elevado porte

industrial e grau de articulação interindustrial, com inserções até mesmo nas de ponta como a informática e a aeronáutica, a produção foi multiplicada em quase trinta vezes. Nesse período, acompanhando o crescimento da industrialização, tem-se a urbanização, a expansão da classe operária e das camadas médias, o aumento populacional, o desenvolvimento do setor terciário em detrimento do agrário e o incremento da burocracia.

É certo que ao fim do último ciclo expansivo, como se viu, o financiamento de nossa economia estava estreitamente afetada por decisões tomadas no exterior, dado o endividamento do poder público e o controle que as transnacionais exerciam sobre os setores mais dinâmicos da indústria, no entanto o que se mostrava mais grave foi a incapacidade de socialização dos produtos do crescimento típicos dessa fase de acumulação. Na realidade, o processo de crescimento industrial brasileiro não se dissociou da lógica da concentração de renda e o modelo de desenvolvimento se voltou para os interesses estrangeiros e para o consumo de uma pequena parte mais privilegiada da população.

É certo que houve certos avanços sociais, especialmente a partir do período do “milagre brasileiro”. Lastreados em uma transformação radical pela qual passou a política social brasileira, permitindo a implantação de políticas de massa e de significativa cobertura sem precedentes na América Latina, observa-se maior capacitação educativa da população, diminuição da pobreza urbana e rural, baixas taxas de mortalidade infantil, expansão do saneamento básico etc.<sup>7</sup>

No entanto essas mudanças não deixavam camuflar o retrato mais nítido da modernização à brasileira: o esforço do desenvolvimento econômico se deu às custas da opressão dos trabalhadores e do controle estatal de suas entidades representativas, a renda dos 10% mais ricos era 34 vezes maior que a dos 10% mais pobres em 1960, passando para 40 e 47 vezes em 70 e 80, respectivamente;<sup>8</sup> o desenvolvimento industrial concentrou-se nas regiões Sul e Sudeste a ponto de tornar-se corriqueira a afirmação de que no país vigem até hoje etapas históricas diferentes; a estrutura da propriedade agrária permaneceu intocada levando milhares de pessoas a migrarem e se instalarem precariamente nas grandes cidades; o sistema educacional e de saúde eram (e são) insuficientes e deficitários etc.

As profundas desigualdades sociais existentes no país não se deixam descrever facilmente, assim como suas diversas origens. Apesar de o golpe de 1964 ter dado continuidade a esse modelo de desenvolvimento desigual, marcado pela centralização do poder no Executivo, não seria incorreto afirmar que o autoritarismo presente na sociedade brasileira foi “apenas” com ele reforçado, tomando feições mais explícitas.<sup>9</sup>

O autoritarismo nessa sociedade se expressa, segundo Marilena Chauí, não só na intermitência da “concessão” de direitos políticos, sociais, econômicos e culturais à população nos vários períodos da história brasileira, mas também, e principalmente, na hierarquia que predomina nas relações sociais e pessoais, na ausência de distinção entre o público e o privado, na dificuldade de efetivar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, na repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe.<sup>10</sup>

Podemos ir mais além e, seguindo o pensamento da autora, identificar, a partir de uma matriz teológico-política, as dificuldades de instituição e desenvolvimento de relações democráticas no país. Para Marilena Chauí, a estrutura autoritária da sociedade brasileira, baseada na forma como se realiza a divisão de classes –na qual nem as carências nem os privilégios conseguem se generalizar em interesse comum nem se universalizar em direito sem abandonar as marcas da

particularidade e da especificidade –, afasta a constituição da esfera pública da lei e do direito como fundamentos coletivos do poder, mantendo, por isso mesmo, a teologia política.<sup>11</sup>

Não haveria espaço aqui para seguirmos com a análise sobre populismo como matriz teológica-política no Brasil, mas talvez não seja demais enfatizar que tal forma de expressão política só se torna possível quando o poder se realiza afastando a mediação das instituições políticas, bem como por intermédio do estímulo de uma visão messiânica do governante, que é a forma pela qual as classes populares tradicionalmente tomam contato com a política: o depósito de todas as esperanças em um salvador que antecederá o juízo final.<sup>12</sup>

A alimentação recíproca entre autoritarismo social e matriz teológica do poder político encontrará na década de 1990 novo impulso, como veremos mais adiante, com a consolidação do projeto neoliberal no país. Mas por hora basta assinalarmos que os meios de comunicação, ao tempo que tiveram seus papéis redefinidos, participaram decisivamente da organização dessa sociedade, tanto econômica, como política, social e culturalmente.

### ***1.2 “Integrar para não entregar”***

Enquanto no país predominava a economia agrária, que tinha como norte alimentar os mercados centrais de matérias-primas, as infra-estruturas de transporte de informação eram precárias e pouco atendiam às necessidades internas da população. Prestavam-se, em geral, a criar condições para a inserção internacional da economia e, de forma secundária, atender as camadas mais abastadas, além de serem controladas por empresas estrangeiras.<sup>13</sup>

Com o início da “industrialização restringida”, em que a expansão do capitalismo se realizou apenas em alguns setores, tal situação começou a mudar. Rodovias foram construídas, o sistema de telefonia se ampliou, o rádio passou a fazer parte do cotidiano das classes médias urbanas e a televisão dava seus primeiros passos. No entanto, a incipiente industrialização dava os limites da extensão das comunicações no território. Apesar de Getúlio Vargas utilizar o rádio como principal meio de propaganda política, comunicando-se diretamente com as massas com o fim de sustentar seu poder na aliança com os setores populares, sua intenção de alcançar os lugares mais remotos do país não passava de um sonho.

É certo que anteriormente aos anos 40 os jornais já circulavam diariamente nas maiores cidades e também havia revistas ilustradas e histórias em quadrinhos, mas, como afirma Renato Ortiz, apesar de encontrarmos mesmo antes dessa época a existência de meios de comunicação, é necessário que toda a sociedade se reestruture para que eles adquiram um novo significado e uma amplitude social, como ocorreu nessa década com o início da consolidação da sociedade urbano-industrial.<sup>14</sup>

Mesmo antes do golpe militar de 64, que colocou por terra a confiança depositada por certos setores da esquerda em uma suposta burguesia progressista nacionalista, os rumos da ampliação e da consolidação do processo de industrialização exigiam a estruturação de um sistema de comunicação mais eficaz. A edição do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) em fevereiro de 62 foi o sinal de que, acompanhando os esforços de instituição de indústrias de bens de capital, a organização da infra-estrutura comunicacional não seria deixada em mãos estrangeiras.

Coube ao Estado autoritário, após alterar os dispositivos do CBT relacionados com a atividade jornalística e de entretenimento dos meios audiovisuais de modo a ajustá-los aos princípios da doutrina da Segurança Nacional, construir a base material necessária para integrar o

mercado nacional, dando oportunidade de vazão aos novos bens produzidos. Criou-se a Embratel com o objetivo de interligar todo o país em uma rede nacional de troncos de microondas, expandiu-se o telex que foi o grande auxiliar da época na troca de informações empresariais e entre as agências de notícias regionais, nacionais e internacionais, ampliou-se a telefonia urbana, embora se tenha privilegiado o suporte técnico do sistema de comunicação de massa em detrimento do residencial.

De fato, o CBT, no que diz respeito ao modo de exploração do sistema de radiodifusão, não precisou de modificações. O sistema comercial, idealizado à semelhança do modelo estadunidense, servia ao mesmo tempo para transformar os meios audiovisuais em um ramo para a aplicação e valorização do capital, para a expansão da indústria eletrônica e de outros bens duráveis incentivados pela publicidade e para a mobilização da opinião pública necessária à adoção de um novo modelo de desenvolvimento baseado na internacionalização do mercado interior e que, por isso, não podia mais se assentar na aliança populista entre o Estado e os setores populares.<sup>15</sup>

Não somente o rádio, mas também, e especialmente, a televisão, tiveram enorme expansão da produção, distribuição e do consumo de massa nessa fase, essa última impulsionada também pelo aparecimento do vídeo. A indústria editorial, apesar dos altos índices de analfabetismo, prosperou com o incentivo para a fabricação do papel e a facilitação de importação de máquinas; o cinema ampliou sua produção com a criação da estatal EMBRAFILME baseada em uma política pública de proteção do mercado nacional e o mercado fonográfico se desenvolveu com maiores facilidades para a aquisição de eletrodomésticos.

Acompanhando e dando suporte ao crescimento do mercado cultural, a concepção da atividade gerencial das empresas se modificou, o relacionamento entre empresa e empregado precisou se ajustar como também houve maior especialização das profissões para atender às diversas fases de produção e distribuição dos bens culturais.

Pode-se dizer que essas transformações no mercado cultural se deram, em seus traços gerais, de forma semelhante nos países que experimentaram os avanços das relações capitalistas. No entanto, se em cada um deles caberia relacionar uma série de fatores específicos, talvez no Brasil se poderia colocar como principal nota distintiva a presença de um Estado autoritário como agente impulsionador do processo de industrialização.

Com efeito, a afinação da estrutura organizacional das empresas culturais não raras vezes era insuficiente para ensejar seu desenvolvimento e manutenção no mercado. Se entre militares e empresários pairava o interesse comum de integrar o mercado e a nação, havia alguns choques na concepção de fazê-lo, não tanto porém no que diz respeito à despolitização dos conteúdos dos produtos culturais, antes no que se refere à subordinação aos princípios da doutrina da Segurança Nacional que, em última análise, deveria servir de guia para mitigar a diversidade social, abafando as disfunções, isto é, práticas sociais dissidentes. Ainda que houvesse conflitos pontuais, os governos militares e a lógica mercantil se complementavam, e em muitos pontos eram concordantes, já que os empresários tinham consciência de que não podiam prescindir do Estado autoritário, promotor do desenvolvimento, e este necessitava do suporte da indústria cultural para conservar sua dominação. O equilíbrio seria abalado em meados dos anos 80 à medida que se operavam mudanças econômicas nas conjunturas internacional e nacional, bem como com a necessidade de lidar com o fortalecimento de certos sujeitos sociais na cena política.

Aprofundando-se o movimento que transformaria a esfera cultural em um importante campo de valorização do capital, é interessante notar a mudança de orientação das empresas. Mais visível nas empresas jornalísticas do que no rádio, que nas décadas de 40 e 50 também foi importante incentivador do consumo das camadas médias urbanas, tem-se a que a noção de imprensa como uma missão política a ser cumprida foi deixada para segundo plano, emergindo a idéia, que se tornará cada vez mais central, de prestação privada de um serviço público que deveria, por isso mesmo, se apoiar na satisfação dos interesses dos leitores. Daí que a criação e o incentivo da demanda se orienta pelas pesquisas de audiências para justificar os grandes investimentos realizados no setor. Entre as empresas e os consumidores as agências de publicidade desempenharão papel fundamental na definição do público-alvo.

Na verdade, esse foi um movimento mais geral seguido por todos os ramos do nascente mercado cultural. Racionalidade empresarial na administração dos negócios, maior profissionalização e especialização em ramos industriais, formação de conglomerados que englobavam não só áreas da indústria cultural, mas também outros ramos da indústria propriamente dita, de um lado, e, de outro, diversificação dos produtos culturais segundo as faixas de consumidores e produção e distribuição em massa orientada pela lógica mercantil.

Tornou-se, assim, possível falar pela primeira vez no Brasil de indústria cultural à maneira como Adorno e Horkheimer a conceberam ao estudar a emergência da aplicação da racionalidade tecnológica no campo da cultura e sua transformação em mercadoria entre os anos 30 e 40 nos EUA. Se a introdução da lógica do lucro não transforma a cultura em simples mercadoria, se a crítica feita pela Escola de Frankfurt revela uma preocupação com o destino de suas formas “superiores”, se a idéia de sistema ou de controle total dificultou ver as possibilidades de resistência, para além das diversas críticas de que foram objeto as teses de Adorno e Horkheimer o que importa destacar aqui são as implicações que resultaram da presença de novas forças no campo cultural da sociedade brasileira, que, como vimos, teve seu autoritarismo reforçado pelos governos militares, eles mesmos indutores do processo de modernização.

Nesse sentido, pode-se dizer, com Renato Ortiz, que o ajustamento dos brasileiros às novas formas de organização da sociedade se deu mais rapidamente em razão de ter se realizado em um período cuja valorização dos imperativos econômicos na esfera da cultura, e a conseqüente despolitização de seus conteúdos, foi reforçada pela tendência do Estado em eliminar as formas críticas de expressão cultural dos setores que lhe poderiam oferecer resistência.<sup>16</sup>

Mas parece que não é apenas esse fato que dá singularidade à atuação da indústria cultural brasileira. Houve um aspecto mais cruel do processo de ajustamento dos indivíduos à nova racionalidade econômica, à normalização das subjetividades. Se entre nós, como vimos, permeia um código autoritário nas relações sociais e pessoais, ao contrário de países como na França em que o reconhecimento da igualdade jurídica foi uma conquista histórica, os programas de rádio e de televisão, por exemplo, ao privilegiar o estilo de vida “dos iguais” aumentam ainda mais a separação hierárquica, porque criam a ilusão ou o desejo de que todos possam participar desse mundo.

Outra questão que merece ser abordada refere-se às limitações das análises sobre o “colonialismo cultural” que prevaleceram nas décadas de 60 e 70. Quando cultura popular e cultura nacional passaram a ser identificadas por meio do denominador comum do mercado, não há como se contrapor ao “livre fluxo de informação” mantendo o referencial nacional sem, ao mesmo tempo, resvalar-se para a defesa do mercado interno de bens culturais. Desta forma,



para que as diferenças entre produto estrangeiro e nacional não sejam diluídas, é necessário que na consideração deste último a lógica mercantil não seja o referencial determinante.

Certamente não foi essa a postura que acompanhou o crescimento dos diversos setores da indústria cultural brasileira, especialmente a televisão, que passou a investir seriamente na produção “nacional”. O grande êxito da Rede Globo de fato se consubstanciou em uma programação elaborada nos grandes centros do país, mas logo repassada para as inúmeras retransmissoras espalhadas por todo território nacional. A ênfase na cultura popular (de massa), assim, ao ser imediatamente reconhecida como cultura nacional, servia não apenas para manter a noção de comunidade indivisa, a nação, mas também para localizar a divisão fora do território nacional. Não é de se surpreender, portanto, que a ideologia nacionalista transportada para a cultura tenha embasado o crescimento da indústria cultural no país, a despeito da economia estar se internacionalizando, e que empresas brasileiras se aventurassem a explorar mercados culturais de países centrais, como foi o caso da Globo que chegou a adquirir a Telemontecarlo em 1985 e a exportar novelas para televisão.

## 2 A MÍDIA NÃO É TUDO, MAS É 100%

Os meios de comunicação seriam realmente capazes de conformar irremediavelmente as consciências no sentido de uma integração e coesão social ou, desde outra perspectiva, para a alienação e a dominação? A partir dos anos 70 alguns analistas passaram, nas antípodas dos integrados e dos apocalípticos, a subestimar o poder das *mídias*, atribuindo aos receptores capacidade quase ilimitada de desvio e de resistência. No entanto, nesse mesmo período, quando novas práticas de apropriação de tecnologias de comunicação foram inseridas em lutas sociais para a construção de uma hegemonia popular e/ou como forma de contestação do regime de representação política corrente, as análises sobre a comunicação social também tomaram outros rumos. Para os que não tinham acesso aos meios de comunicação de massa, poder contar com veículos próprios era sentida como questão fundamental.

### 2.1 *Contra a “peste da insônia”, a memória*

No final dos anos 70, após tentativas mal-sucedidas de revitalização do “milagre econômico”, o regime militar passou a enfrentar sérias dificuldades para se legitimar. Tal debilidade reforçou os vários movimentos de oposição que se construíam lentamente, mas se o objetivo de impor o retorno dos militares à caserna os unia, a forma de fazê-lo e o modelo de democracia que se pretendia implantar estava muito longe de um consenso.

De parte das lutas populares, por terem se constituído sob um Estado autoritário e em meio a transformações econômico-sociais expressivas experimentadas nas últimas décadas, tais como a elevação das taxas de crescimento econômico, de urbanização, de escolarização, predominância do setor industrial frente ao rural, ampliação das camadas médias e modificações no modo de vida e de consumo de parte da população, observaram-se algumas novidades em relação às lutas dos períodos anteriores, seja no que diz respeito às estratégias e aos modos de concebê-las, seja em relação à constituição dos agentes sociais e a forma de se relacionarem entre si.

Mais amplamente, tais lutas expressavam o questionamento do estilo da luta política dos partidos de esquerda no período populista, que, colocando-se como vanguarda revolucionária, renunciavam qualquer estratégia hegemônica baseada em um processo de organização autônoma por parte dos setores populares, como também abriam possibilidades para a politização de “novos” temas e “novos” sujeitos sociais que antes não cabiam em uma visão “estreita” da luta de classes.

No que diz respeito à emergência desses “novos” sujeitos sociais, as críticas se dirigiam ao chamado determinismo economicista, que reduzia todo conflito social a tão somente uma expressão das posições dos sujeitos nas relações de produção, e, conseqüentemente, à estratégia política de mudança social que nele tivera lugar: a concepção de que a ação coletiva se dava em função de uma consciência homogênea determinada pela posição dos atores sociais na estrutura econômica, a perspectiva diacrônico-evolucionária do processo no qual a história não tinha propriamente lugar porque baseada em certezas predeterminadas (a destruição do capitalismo pelo proletariado), a representação da classe dominada através do partido único<sup>17</sup> e, por fim, em síntese, a visão de que a emancipação política passava necessariamente pela tomada do Estado.<sup>18</sup>

As “novas” lutas, fundadas nas demandas da sociedade civil e na ampliação da esfera política, foram abraçadas com grande entusiasmo. Tratava-se afinal da reelaboração prática e teórica do exercício do poder, não apenas identificado com o do Estado, em direção a uma dimensão antiautoritária e libertária. Por isso participação e busca de autonomia eram as palavras mais pronunciadas.

Como a resistência não se efetuava apenas contra um poder estreitamente localizado, mas em direção às formas de controle social assentadas na racionalidade organizacional e administrativa do capitalismo moderno, tratava-se de construir espaços de autonomia. Daí que tal mudança de perspectiva ensejou novas formas de organização da resistência, que, ao contrário de beneficiar a centralização e a delegação da autoridade aos dirigentes, estimulará a participação democrática interna, valorizando o indivíduo e seu potencial como agente da história. Por outro lado, a construção da identidade dos agentes coletivos deixará de privilegiar as posições na estrutura econômica para suscitar questões relacionadas com as dimensões culturais e simbólicas, entre elas a subjetividade e a vida cotidiana.

Se nos países centrais, desde a década anterior, os chamados “novos movimentos sociais” contrapunham-se à “antiga” luta da classe trabalhadora e à sua teorização, mais aptos a dar conta dos conflitos da “sociedade industrial”, as reflexões em torno da ascensão da “sociedade pós-industrial”<sup>19</sup> decretavam a invalidade dos paradigmas tradicionais, em especial de uma certa visão estreita da teoria marxista, no Brasil as características do modelo econômico de desenvolvimento, que marginalizou grande parte da população, e de um Estado que resistia em reconhecer direitos de cidadania e, portanto, a emergência de “novos” sujeitos sociais na cena política suscitou-se dúvidas quanto o abandono precoce de determinadas categorias do “antigo” paradigma.

Novas formas de organização e de repertórios de ação, esta última não se resumindo a apenas uma reivindicação concreta e tendo por palco primordial de expressão os meios de comunicação de massa; mobilização coletiva baseada em valores e reivindicações de relações que se propõem escapar da racionalidade quantitativa do capitalismo contemporâneo, demarcando-se em uma certa valorização do corpo, do desejo e da natureza; conseqüentemente novas relações com o político, na tentativa de construir contra o Estado espaços de autonomia, e, por fim a construção de identidades que negam a consciência homogênea de classe. Estas são as

quatro dimensões de ruptura com os movimentos proletários, identificadas por Érik Neveu, operadas pelos “novos” movimentos sociais que emergiram na Europa e nos Estados Unidos nos anos 60 e 70 e que deram margem à criação de movimentos estudantis, ecológicos, antinucleares, homossexuais, feministas etc.<sup>20</sup>

Como se deu esse mais novo paradigma da ação social no Brasil? Quais seriam suas particularidades em um país marcado pelas condições de miserabilidade de grande parte de sua população? Em que medida valorizar os fatos conjunturais “micro”, do cotidiano, esquecendo-se do poder das “determinações” macroestruturais em um país que não conseguiu se livrar de sua condição de periferia? Quais as conseqüências de se erigir a “sociedade civil” como campo privilegiado da luta pela autonomia quando o Estado *ainda* exercia um importante papel político e econômico na manutenção de interesses das classes dominantes? Se as bandeiras levantadas pela esquerda tradicional –desenvolvimento do aparelho estatal e nacionalismo– ruíram com o golpe militar, despertando-se para o autoritarismo interno das organizações e para a estreiteza de tal projeto, não seria o caso de relativizar a pertinência da dicotomia sociedade civil/Estado e, mais, sem que isso implique em ceder a um determinismo economicista, que a dimensão da formação da identidade dos atores coletivos não é indeterminada?<sup>21</sup>

Tanto aqui como alhures, a tendência de se etiquetar as práticas sociais coletivas em termos de “antes” e “depois”, em prejuízo do enfoque dialético mais atendo às rupturas e continuidades operadas na complexificação social e nas formas de teorizá-las, dará muitas vezes margens a uma concepção estrita e formal do Estado, tal como se acusavam os movimentos “antecessores”, ao mesmo tempo enfraquecerá a memória das lutas de emancipação e, com ela, se relegará uma série de questões que, suscitadas em época distinta, poderiam iluminar problemas “contemporâneos”. Especialmente no que se refere aos “novos” movimentos sociais de certos países europeus, um caso exemplar é o lugar, que segundo Lênin, o jornal *Iskra* deveria ocupar no movimento operário e na luta contra a burguesia, isto é, não apenas como propagandista e agitador coletivo, mas especialmente como organizador coletivo influenciando decisivamente na construção simbólica da mobilização desses agentes.<sup>22</sup>

Da mesma forma, a ênfase nos “novos” movimentos sociais e na proliferação das lutas político-sociais freqüentemente deixaram à sombra questões cruciais como as possibilidades de persistência dos movimentos em atuar não apenas defensivamente, mas intervindo na correlação de forças dos sistemas políticos dominantes (o que colocaria em questão o grau de autonomia desses movimentos), a presença de práticas antidemocráticas internas e as conseqüências práticas de terem sido legitimados como interlocutores do Estado. Quanto a este último aspecto, chama a atenção o fato de que, na medida em que são reconhecidos como interlocutores do Estado, as demandas dos movimentos populares podem ser facilmente absorvidas por ele, a partir de soluções cujas finalidades e resultados escapariam não só ao controle do movimento, mas também de uma discussão mais ampla da sociedade civil.

Não se trata de menosprezar a importância dos movimentos sociais, especialmente em um país como o Brasil cuja matriz teológico-política, como vimos, trabalha constantemente no sentido de barrar a expressão política de sujeitos sociais, porém de analisar as problemáticas que suscitam sua presença no seio da sociedade. Apesar de a estratégia política de distensão, iniciada por Geisel e prosseguida no governo de Figueiredo, estabelecer rigidamente seus interlocutores, a atuação dos grupos de oposição (como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Associação Brasileira de Imprensa) e a própria

disputa interna no seio do regime, com a tentativa de golpe de Estado do General Sylvio Frota, ensejaram o fortalecimento do chamado “novo sindicalismo”, dos movimentos populares de base, seculares e os ligados às alas da Igreja Católica que se identificavam com a Teologia da Libertação, e dos movimentos sociais.<sup>23</sup>

Como se tratava da tentativa de ampliação da esfera política, os meios de comunicação constituíram-se em um palco privilegiado dessas lutas.

## 2.2 Comunicação popular e a luta no terreno dos segredos

“Voltarei nos braços do povo”. O desabafo de Getúlio Vargas, feito diante da certeza - posteriormente comprovada - de que retornaria por escrutínio popular ao cargo de Chefe do Executivo nacional depois de um longo período como ditador, pode nos dizer muitas coisas a respeito do que na América Latina se pensava a respeito dos meios de comunicação, tanto à direita como à esquerda. Para essa última, lastreada nas análises da teoria da dependência, os meios de comunicação eram vistos como instrumentos praticamente diretos da “invasão cultural”, perpetrada principalmente pelos Estados Unidos por meio de suas transnacionais. Contra a onipotência desses dispositivos de poder, era quase impossível resistir. Suas mensagens, que se imaginava penetrar na consciência como uma espécie de “bala mágica”, não deixavam ninguém imune, anulavam quaisquer chances de o receptor se insurgir ou simplesmente se desviar.

Contraditoriamente, as esquerdas latino-americanas pediam a esses receptores resignados que deixassem de lado tal estrutura monolítica de poder e se entregassem à construção de um território autônomo, paralelo, no seio da própria sociedade, com o objetivo de levar adiante a luta revolucionária que os conduziria ao assalto do Estado. Para tanto bastava que se deixassem guiar pela ação pedagógica persuasiva das vanguardas do partido monoclássista e contagiar pela ação militante ao estilo da “correia de transmissão” (AGIPROP).

A questão, portanto, se resumia à posse dos meios de comunicação e ao conteúdo por eles transmitidos, uma vez em mãos revolucionárias e emitindo mensagens subversivas as potencialidades emancipatórias desses veículos estariam de pronto garantidas.<sup>24</sup>

Certamente, tal concepção fazia parte das estratégias tradicionais de luta que há pouco mencionamos. Em linguagem gramsciana seria o mesmo que dizer que se enfatizava a luta militar e política diretamente contra a sociedade política em detrimento de uma estratégia mais longa de criação da hegemonia popular, engendrando ou se aproveitando de uma crise orgânica do bloco histórico concreto.<sup>25</sup>

No Brasil houve uma chance de se por à prova os limites das concepções clássicas acerca dos usos e do papel da *mídia*. Nos anos 70, os movimentos de base ressurgiram lentamente, produzindo uma rica interação entre educação, cultura e comunicação popular, cujo modelo transbordou os limites desses movimentos. No entanto, para compreender a noção de comunicação popular é preciso ir à matriz teórica que a inspirou e ao lugar onde foi primordialmente posta em prática – as idéias de Paulo Freire e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).<sup>26</sup>

Uma das maiores contribuições de Paulo Freire para o pensamento comunicacional latino-americano consistiu em uma crítica epistemológica radical da tradição difusionista, submetida à rubrica geral de “comunicação e desenvolvimento”, engendrada pelos estudos de comunicação estadunidenses e posta em prática especialmente nas pequenas comunidades rurais. Com efeito, ao equiparar educação e comunicação no plano epistemológico, a transmissão de “conhecimentos” tornava-se invasão, implicava tratar como objeto aquele que os recebe, ao

invés de verdadeiros sujeitos, porque a razão de ser do ato de pensamento, para Paulo Freire, está na relação entre homens, mediatizado pelo objeto do conhecimento.

É essa condição de sujeito que é negada pela ação dos meios de comunicação de massa e é exatamente essa dimensão que a teoria da comunicação participativa, lastreada em diferentes práticas ocorridas nas décadas de 70 e 80, irá tentar resgatar. No entanto, confrontadas com as implicações do Estado autoritário com os meios de comunicação de massa, essas experiências, como também suas análises teóricas, tenderam a contrapor “meios ativos” aos “meios de passivos”, estes últimos considerados como estruturas monolíticas de poder por onde não perpassava qualquer contradição, aqueles igualmente como lugares “puros”, excluídos portanto da “contaminação” pelas lógicas mercantil e estatal.<sup>27</sup>

Por isso, avaliar a contribuição das CEBs se mostra tão importante. Além de terem influenciado vários movimentos populares, sindicatos urbanos e rurais e até mesmo partidos de oposição,<sup>28</sup> nelas a comunicação popular, nas assembleias, por meio do rádio ou de folhetins, foi muito praticada e estimulada.<sup>29</sup> Apesar de as CEBs terem surgido com o objetivo de alcançar interesses específicos, concretos e imediatos da população (melhores condições de vida, de trabalho de lazer etc), a participação de seus membros, na maioria delas, era formulada como prática transformadora em que se preparava para o acesso aos processos decisórios, perpassando os limites da comunidade. Nessas práticas não se pretendia dicotomizar a participação, reforçar a ideologia dominante, provocar uma mudança cultural dirigida, integrar os grupos marginais ao sistema vigente, ou subsidiar – com trabalho gratuito – os planos oficiais. Ao invés disso, realiza-se um trabalho de conscientização e organização das classes subalternas, tendo em vista a conquista de espaço político e pressão por mudança das estruturas globais da sociedade”. Nos anos 90 veremos alguns dos integrantes dessas CEBs e da Ação Popular (AP) migrarem para o movimento das rádios comunitárias, como foi o caso de Sebastião Santos, um dos fundadores da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias.

Contudo, na *transição democrática* esse “amadurecimento” das bases e suas reivindicações de participação política serão reinterpretadas em um projeto de uma “democracia participativa, comunitária ou federalista”, tal como propôs o senador Franco Montoro, no qual o “povo” seria a comunidade nacional feita da integração de todas as comunidades menores - o Estado apenas uma instituição entre outras. Dessa forma também a empresa seria uma comunidade, tal como as outras, na qual todos devem poder participar das decisões que se refiram ao interesse comum, desde, claro está, que cada membro cumpra com responsabilidade a função que lhe foi atribuída.

Além da comunicação popular praticada nos CEBs, as rádios livres, especialmente em São Paulo, foi um dos últimos movimentos a aparecer naqueles anos de efervescência política e atingiu o auge em 1985, propondo-se a servir de meio divulgador das informações dos movimentos sociais e populares, auxiliar na construção de equipamentos para transmissão, questionar a privatização do espaço radiofônico e seu controle pelo Estado. As contínuas apreensões dos equipamentos, as pressões dos grupos privados da *midia* e o refluxo geral das lutas sociais o fizeram diminuir, mas não significou uma saída de cena. Na década de 90, quando outras experiências em rádio, como as evangélicas e as locais comerciais, também começaram a desafiar a autoridade do Estado na concessão das autorizações, o movimento contribuiu para mudar a jurisprudência sobre a apreensão dos equipamentos pela polícia sem mandado judicial, além de atuarem na elaboração da lei que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária, alertando para os perigos da recuperação das diversas experiências por parte do Estado e das práticas clientelistas por parte de outros grupos e associações que se mobilizavam para legalizar as rádios de curto alcance.<sup>30</sup>

Por outro lado, a opção pelo fortalecimento de instâncias na sociedade civil foi também o que motivou a criação do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) nos finais dos anos 70. Esse instituto nasceu, nas palavras de um de seus fundadores, Herbert José de Souza ou simplesmente “Betinho” como ficaria conhecido na década de 90, com o projeto de acompanhar políticas públicas e ajudar na democratização da informação.<sup>31</sup>

Tratava-se, assim de um projeto de uma entidade voltada para a informação (sua produção, sistematização e divulgação) a serviço dos movimentos populares, para tanto contando com um instrumento tecnológico de que poucos haviam ouvido falar até então no país –o computador. Os trabalhos do Ibase estavam concentrados nas questões sindicais e políticas trabalhistas, na estrutura agrária e política agrícola, na atuação do Banco Mundial no Brasil, nos grandes projetos governamentais, na dívida externa, entre outros. A preocupação com a forma como os meios de comunicação elaboravam e distribuíam as notícias, em especial a imprensa, também estava presente –desde 1983 notícias eram selecionadas, sintetizadas e posteriormente distribuídas na forma de boletins para os movimentos, principalmente para os do interior do país.<sup>32</sup>

Batizado pelos jornais da época de “SNI dos pobres”,<sup>33</sup> o instituto também abrigava o Centro de Treinamento Audiovisual, dedicado, dentre outras tarefas, a supervisionar um projeto de informação alternativa para as emissoras de rádio. O CETA desenvolvia um trabalho de formação e treinamento audiovisual junto aos grupos populares, principalmente através de cursos de treinamento e da produção de audiovisuais sobre diferentes temas, com o objetivo de possibilitar a produção de material audiovisual a partir de sua própria realidade local desses grupos.<sup>34</sup>

Como se não bastassem essas atividades, a introdução da Internet no Brasil é indissociável da história do Ibase. O banco de dados desse instituto era amplamente informatizado, o que lhe permitia maior agilidade no atendimento das demandas por informações, mas sua intenção era ainda a de instalar um serviço de comunicação de dados, sem fins lucrativos, destinados prioritariamente a entidades da sociedade civil, para que pudessem trocar informações, até mesmo com outras organizações fora do país. O Alternex, nome que foi dado a esse projeto, foi instalado em 1988 e no ano seguinte o Ibase se associou à rede internacional de comunicação de dados operada apenas por ONGs, constituindo-se no maior provedor de acesso à Internet do Brasil. Na ECO 92, o Alternex fez o intercâmbio eletrônico de informações entre o local dos eventos oficiais e os locais dos eventos das ONGs no Rio de Janeiro.<sup>35</sup>

### 3 UM PAÍS RETARDATÁRIO?

Em 1988, o direito à informação foi reconhecido constitucionalmente depois de um processo político que precisou levar em conta vários desafios internos relacionados à ausência de um projeto econômico mais definido para o retorno do crescimento e, principalmente, à presença de novas forças sociais que não poderiam mais ser ignoradas. Como o Brasil está situado na periferia do capital, iniciar tal análise pela conjuntura internacional que influenciou esse período da história brasileira parece ser o melhor caminho. Essa afirmação, longe de pretender vincular diretamente o nacional e o global, aponta para a necessidade de relacionar, identificando as possíveis mediações e articulações, esses dois pólos, constatando que as manifestações particulares ocorridas no país não podem ser compreendidas sem levar em consideração um movimento mais geral, internacionalmente situado.

### 3.1 Crise mundial: a busca por saídas

Queda dos lucros, aumento da ociosidade produtiva, endividamento internacional, desemprego e inflação. Estas são algumas das expressões do esgotamento do modelo fordista-keynesiano de crescimento, responsável pelas taxas de prosperidade econômica nos países centrais, e em alguns periféricos, desde a Segunda Grande Guerra. Compondo esse cenário pouco animador, o questionamento da hegemonia da potência econômico-militar que havia liderado internacionalmente tal padrão de acumulação, pois seus esforços para recuperá-la diminuíram as chances dos países periféricos, em especial os da América Latina, de se integrarem de maneira favorável na ordem econômica mundial que se reestruturava.

Os primeiros mecanismos adotados pelos países capitalistas para contornar a crise econômica, apesar de tímidos se levarmos em consideração o seu caráter estrutural, desde logo produziram transformações no modo de produção vigente. Pensando tratar-se de problemas conjunturais, as políticas monetárias desenvolvidas visavam o combate à inflação e o equilíbrio do balanço de pagamentos com taxas de câmbio flutuante. Muito cedo se percebeu que tais ajustes de curto prazo não seriam eficazes.<sup>36</sup>

De fato, a amplitude da crise exigiria reorganização e sincronização entre produção e circulação em escala mundial, em outras palavras, apenas para citar algumas condições, a reestruturação do processo de trabalho e o desenvolvimento tecnológico aplicados na produção e na circulação a fim de comprimir a relação espaço/tempo, garantindo e estendendo a rentabilidade do capital. Assim, além de ajustes macroeconômicos interligados entre os países, tratava-se de alargar a internacionalização do capital, derrubando os entraves que dificultassem seu livre fluxo.

Nos inícios da crise, no entanto, a política monetária mostrava-se como o principal instrumento de resposta flexível para os problemas de superacumulação que o modelo fordista-keynesiano já não era capaz de dar conta. Certamente, a natureza de tal processo não se deixaria desenvolver sem uma reformulação igualmente abrangente, mas nem por isso concomitante ou simultânea, no âmbito político e cultural. Tratava-se, com efeito, de uma transformação do Estado e, conseqüentemente, de sua relação com o cidadão, desafio que dizia respeito à construção de um novo equilíbrio entre as forças sociais em cada país e na ordem mundial. Nos países em que o Estado de Bem-Estar Social se fez mais presente, as mudanças se estenderiam à perda de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais duramente conquistados e, também por essa via, a mudança do que se entendia por democracia.

Se faz sentido o questionamento sobre as articulações entre os campos econômico-social e político-cultural, especialmente nas situações de crise quando então eles se deixam transparecer com maior facilidade, o setor da indústria da informação deveria merecer atenção especial em pelo menos dois sentidos: de um lado, a informação passará a participar, já diziam os estudiosos estadunidenses desde a década de 1970, como fator essencial da produção, facilitada pela convergência entre informática, telecomunicações e audiovisual que permitirá seu deslocamento em menor tempo a qualquer lugar do globo, de outro, dando suporte à internacionalização do capital, será principalmente por intermédio dessa poderosa indústria, aliada aos novos interesses hegemônicos internacionais, que a catilinária neoliberal será difundida e buscará legitimação.

Em países como a França a solidificação da “comunicação” em mito, em um discurso ordenador do social, apesar das variantes e incoerências, permitiu a Érik Neveu detectar

suas promessas fundamentais: democracia cultural e política pela abundância de programas, canais e diversificação de títulos, democracia participativa e direta por intermédio das novas tecnologias da informação, autonomia e interatividade dos indivíduos, mundialização e interdependência harmoniosa entre povos e nações com a contração espaço-tempo mediante redes físicas e eletrônicas em tempo real.<sup>37</sup> Pelo que respeita a este trabalho nos interessa destacar especialmente a promessa de autonomia dos indivíduos, fazendo deles sujeitos interativos e não objetos impotentes na maquinaria social. De fato, conforme esse autor, tal promessa encerrava quatro significações: descentralização como padrão de organização, à semelhança da nova organização interna da empresa em células autônomas; horizontalidade, permitindo ao receptor passar de um *status* passivo para intervir sobre a programação da televisão, por exemplo; convivialidade, na qual a ferramenta tecnológica não estaria mais a serviço de especialistas mas da pessoa integrada à coletividade; democracia como promessa de eliminar o poder dos especialistas pelas tecnologias domiciliares e transparência, associando publicidade à conquista de espaço de autonomia dos indivíduos face aos poderes e suas práticas de segredo.<sup>38</sup>

No entanto, para fazer de todos especialistas, competentes, seria necessário uma sociedade mais homogênea e alargar os direitos da sociedade civil. Em uma e outra condição não se inscrevia o Brasil, onde ainda se vivia sob a ideologia da Segurança Nacional. Mas não foram somente esses aspectos que fizeram que o discurso da “sociedade comunicacional” não repercutisse nesse país. Seguramente nem todos poderiam abraçar a via da “indústria da informação” para sair da crise econômica, da mesma forma que nem todos seriam chamados, como bem lembra os debates sobre a NOMIC, a interferir na elaboração de seu conteúdo, ainda que seus efeitos fossem, diferentemente, sentidos de maneira abrangente. Na nova divisão internacional do trabalho que se avizinhava os países da América Latina não seriam protagonistas, mas coadjuvantes cobijáveis.

A necessidade de maior internacionalização do capital tornou os mercados dos países latino-americanos importantes para o processo de reorganização produtiva e de ajustes nos países centrais - seja para a expansão dos investimentos das transnacionais que, além de retirar lucros de setores outrora protegidos nacionalmente, solapa os mecanismos sociais e políticos que permitiram o equilíbrio entre as demandas dos trabalhadores e a acumulação no modelo fordista-keynesiano nos países centrais, seja para contribuir com o financiamento, por intermédio do pagamento da dívida externa contraída como condição para a reinserção dos países latino-americanos na nova divisão internacional do trabalho, da “corrida” tecnológica que busca diferenciais vantajosos da produtividade do trabalho no mercado internacional.

Tendo por fonte inspiradora as medidas neoliberais aplicadas nos Estados Unidos e Grã-Bretanha ao longo da década de 70 e, mais proximamente, no estado ditatorial chileno, paradigma do Consenso de Washington, a pressão para a desregulação e abertura comercial e financeira não será de pequena monta. Mais contundente se tornará a em medida que, notadamente nos anos 80, o ciclo econômico recessivo internacional se afirme e a resistência política e social paulatinamente minada.

Se na década de 60 os movimentos de resistência alimentaram a idéia de que o capitalismo não era o único horizonte e modelo social, tanto que se pode dizer que mudanças mais profundas não tiveram espaço quando dos primeiros indícios da crise econômica, nos 80 tal referencial tendia a se esfumçar nas consciências, fortalecendo, ao mesmo tempo, os ataques às bases de sustentação do Estado de Bem Estar Social.



Apesar dos ajustes globais das economias centrais terem modificado amplamente a ordem econômica mundial, lastreados na reestruturação industrial e na intermediação financeira, não se pode dizer, a não ser que se queira camuflar as mediações e articulações entre o global e o nacional, que a crise vivenciada pelos países da América Latina desde a década de 1970 seria o resultado mais ou menos direto de tal reformulação. É certo que para esses países será mais difícil encontrar mecanismos para se proteger já que dependem, dentre outras variantes, do modelo de desenvolvimento econômico vigente até então, como também do estado das forças sociais em pugna. Não se pode negar, assim, o peso da influência da conjuntura interna no ingresso na nova divisão internacional do trabalho. Com o Brasil não poderia ser diferente.

### *3.2 Os desafios do consenso nacional*

Uma das formas utilizadas nos anos de 1970 para contornar a crise de superprodução nos países centrais, e especialmente em razão da disputa entre Japão, Alemanha e Estados Unidos pela hegemonia mundial, deu-se mediante a ampliação do crédito internacional. O curto período de recuperação dessas economias foi assim em grande parte sustentado pela integração funcional de países periféricos na economia mundial. No entanto, a superficialidade da retomada do crescimento não tardou em se manifestar e já em fins dessa década a via da expansão do crédito tornou-se inviável.

A década de 80 trazia para o Brasil alguns desafios que diziam respeito à forma de integração do país na nova ordem econômica mundial, até então não definida totalmente, e, simultaneamente, às problemáticas internas relacionadas com o esgotamento de um modelo de acumulação definido em 1950, reformulado com o golpe de 1º de abril de 1964, e a resolução da chamada “questão social”.

No entanto, convergência da crise mundial com as fragilidades internas fez acelerar a crise fiscal e a cambial, o processo inflacionário alcançou a casa dos três dígitos em média ao ano e o desemprego se alastrou por todo país. As perspectivas para a saída da estagnação econômica estavam, porém, intimamente entrelaçadas com o reordenamento das relações entre o centro hegemônico do capitalismo e os demais países, operando-se basicamente mediante uma nova divisão internacional do trabalho centrada na reestruturação industrial e na intermediação financeira. Em outras palavras, para se entrar em uma fase produtiva qualitativamente nova, em meio a profundas transformações na ordem econômica internacional, o Brasil teria que resolver questões relacionadas com o peso de seu processo industrial e social.

Para a América Latina, os Estados Unidos e o Fundo Monetário Internacional elaboraram um conjunto de medidas condicionantes de seus apoios econômicos e financeiros. O Consenso de Washington previa a adoção de políticas macroeconômicas de estabilização para o ajuste automático do balanço de pagamentos e reformas estruturais liberalizantes, cujas coordenadas se atinham à desregulamentação dos mercados, à abertura comercial e financeira, à privatização do setor público e redução do Estado. Estas últimas, tomando como paradigma o modelo anglo-saxônico, já vinham sendo amplamente adotadas pelo Chile desde os anos 70, no entanto o Brasil, seja pela ausência de consenso entre os principais setores da economia, seja por uma conjuntura política de “abertura democrática”, opôs-se a aplicá-las durante toda a década de 80, apesar das pressões do Banco Mundial.

Foi preciso oito novos planos de estabilização, quatro moedas distintas, onze índices diferentes de cálculo da inflação, cinco congelamentos de preço, quatorze políticas salariais, dezoito modificações das regras de câmbio, 54 modificações das regras de controle de preços, 21 propostas de negociação da dívida externa e dezenove decretos governamentais a propósito da austeridade fiscal<sup>39</sup> para, após o fracasso do Plano Collor, perceber-se que a estratégia das políticas de ajuste automático do balanço de pagamentos não poderia dar conta da envergadura estrutural da crise.

Certo é que àquela altura das transformações na ordem econômica internacional, processos de liberalização comercial e financeira pareciam imprescindíveis, mas a maneira de empreendê-las – se acompanhadas de políticas industriais, tecnológicas e comerciais que permitissem transformar a proteção e incentivos às exportações e de novas políticas de proteção social ou se deixadas mais nas mãos dos mecanismos “reguladores” do próprio mercado – não estavam politicamente definidas.

Tratava-se, de fato, da necessidade de profunda reforma do Estado. Mas se de um lado a resistência às medidas de cunho liberalizante se colocavam em favor do crescimento nacional e do resgate da dívida social, de outro os motivos eram menos nobres, vinculando-se aos interesses remanescentes que o modelo de desenvolvimento agonizante favoreceu, permitindo acesso privilegiado aos recursos do Estado, especialmente abundantes quando o financiamento externo era barato. Daí que, diante da defesa de certos interesses particulares de curto prazo que contavam com a complacência do Estado, não poderia haver coordenação entre os vários grupos econômicos, nem entre estes e o sistema bancário como ocorreu em alguns países centrais.

O consenso dos grupos econômicos privados somente será construído na década de 1990, quando então começa a prevalecer os interesses do sistema financeiro e dos setores ligados à exportação com o concomitante enfraquecimento dos setores produtivos, golpeados com os sucessivos fracassos dos planos econômicos e com a permanência da inflação elevada. Chegará ao Executivo com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1993, após a aposta frustrada em Collor, e no Congresso Nacional encontrará o respaldo necessário para dar início ao desmonte do Estado.

Antes, porém, seria necessário adaptar aos novos tempos os mecanismos de ajustamento social levando em consideração o estágio da organização política e social dos setores da sociedade civil. Longe da imposição como era de costume, avizinhava-se a construção de um dispositivo muito mais refinado para conquistar não só o consentimento, mas principalmente a adesão, dos setores populares a um mecanismo de “saída da crise”, que já se vinha surtindo efeitos *extra muros*.

### 3.3 A funcionalização dos desvios

Dos anos 80 costuma-se dizer no Brasil que foram uma década perdida, privilegiando nesta qualificação apenas os aspectos econômicos de uma conjuntura nacional grave, que se expressava na estagnação do crescimento econômico e no agravamento das condições de vida da população. No entanto, para que se pudesse dar alcance real à situação que o país vivia naquele momento e, a partir daí, formular caminhos para seu equacionamento seria necessário especificar de antemão a qualidade dessas perdas e, só então, quem seriam os que deixariam de ganhar.

Foram questionamentos como esses que uma certa noção de “crise”<sup>40</sup> abafou e cujo uso político tornou possível, dentre outros fatores, a construção de um projeto nacional liso e sem fissuras, que só mostraria sua verdadeira face nos anos de 1990. O tratamento indiferenciado da

crise, afirmando-se que se trata de uma questão que afeta *toda* sociedade brasileira e que dela se requer *frentes indiferenciadas* de ação, aponta para a diluição de projetos de classe em favor de modos operativos de enfrentamento da crise, que implicam consensos de classe.<sup>41</sup>

Assim, a luta pela socialização do poder político, levada a cabo nos últimos anos da ditadura e do período de transição, parece ter sido direcionada para um desses modos conjunturais e operativos de enfrentamento da crise, as divisões sociais e os diferentes interesses expressos na cena pública camuflando as contradições e os impactos diferenciados da crise sobre as classes sociais. Ora, se a sociedade é percebida como uma formação que contém apenas divisões, cujo funcionamento dependeria da harmonização de cada uma das partes e delas entre si, temporariamente submetidas a uma desordem ou desvio, a restauração de sua funcionalidade poderia ser resolvida por meio de ajustes entre os interesses igualmente afetados, arranjos que, por sua vez, só teriam lugar se se deixasse que os “conflitos” viessem à tona. Não havia mais lugar para a censura, a liberdade de expressão parecia tornar-se necessidade para garantir a formação da “opinião pública”.

Apesar de os partidos de oposição terem tentado garantir alguns mecanismos para “livre” formação dessa identidade coletiva, para tanto prevendo a criação de um órgão democrático, representativo dos setores da sociedade civil, que teria por encargo não apenas deliberar sobre as concessões das licenças radiofônicas como também atuar no sentido de coibir os monopólios, já na Assembléia Constituinte estava claro que não haveria grandes mudanças na comunicação social. Juntamente com a reafirmação do sistema de exploração privada da radiodifusão e das garantias dos profissionais contra os mecanismos da censura estatal, tudo para que o público recebesse informações plurais e de qualidade, muitas matérias foram aprovadas em troca da outorga de licenças para emissões nacionais, regionais e locais.<sup>42</sup>

O uso político da crise, funcionalizando as conquistas de socialização do poder político dos trabalhadores e de amplos setores na sociedade civil, ainda estimulou a restrição do espaço público ao colocar nas mãos de alguns salvadores poderes miraculosos para a restauração da ordem. O primeiro deles foi Trancredo Neves, cuja morte inesperada comoveu o país. O segundo, exacerbando a valorização de seu poder pessoal em detrimento das instituições políticas, não conseguiu levar a termo seu mandato, mas iniciou as reformas neoliberais. Quem não se recorda da entrada triunfal de Fernando Collor, com os punhos lançados ao ar, no Congresso Nacional no dia de sua posse como presidente da República ou das apoteóticas corridas em que ele demonstrava juventude, força física e disposição para resolver todos os problemas da nação? O projeto do neoliberalismo de encolhimento do espaço público e do alargamento do espaço privado encontrou no Brasil um terreno muito fértil para se desenvolver. Parece não haver coincidência maior de propósitos entre uma matriz teológico-personalista do poder e uma ideologia de tipo neoliberal.

A retomada do projeto neoliberal em 1994, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, não se furtará ao uso do *marketing* político, se bem que de maneira bem menos teatral, conseguindo manter as aparências do debate na adoção das medidas de ajuste econômico.

Ao lado do debilitamento das forças de resistência (à exceção do Movimento dos Sem Terra), em razão especialmente dos efeitos de um longo período de inflação e desemprego aliados aos mais de seis planos econômicos mal sucedidos, o apelo à “opinião pública” será assim constante e com ela se reforçará a privatização do espaço social e sua despolíticação pelos mecanismos da indústria política. Apoiada nas pesquisas de opinião, que buscam captar as demandas “populares”, a racionalidade técnico-administrativa reafirma-se na cena política quando essa é considerada em termos de práticas idênticas ao do mercado, de adaptação entre oferta e deman-

da. Foi dessa forma que cidadãos não puderam dar lugar à massa dos demandantes de solução que se entregam ao padrão de espetáculo dos meios de comunicação de massa.

## CONCLUSÕES

A gênese da atividade social “comunicação” deve ser encontrada no modo de produção capitalista. Sua função e perenidade histórica, de onde se originam os princípios que informam as práticas comunicacionais hegemônicas, não podem ser apanhadas, pois, por uma lógica formal, como pretende a dogmática tradicional dos direitos humanos. Ao contrário, tal atividade tem sua forma organizacional e seus objetivos econômicos, políticos, sociais e culturais destinados à manutenção e regulação do modo de produção capitalista nesse momento da história humana e do desenvolvimento das forças produtivas, bem como parte dos dispositivos legais é posto com o objetivo de colocá-la sob ferrenho controle do Estado brasileiro e a serviço de uma classe social específica. Obviamente, isso não faz da “comunicação” uma atividade social sem contradições que não possam ser exploradas, nem das normas que garantem o direito à comunicação letras mortas.

Por outro lado, o espaço radioelétrico é, sem dúvida, limitado. Ainda que a futura implementação da tecnologia digital prometa ampliar significativamente o número dos emissores, eliminando quase por completo as interferências entre eles, nada permite imaginar que esse espaço seja simplesmente franqueado a todos. Os vários grupos que ao longo das últimas décadas constituíram emissoras populares sentiram, ainda com o sistema analógico, tais dificuldades. Sabe-se, porém, que essa limitação real tem sido utilizada como um poderoso argumento para legitimar o monopólio estatal na designação das frequências de radiotelevisão, como também, no caso brasileiro, para a defesa da preponderância do regime privado, e que, ao contrário, o controle público e a transparência desse processo constituem uma das primeiras exigências de um espaço midiático democrático. Assim, a quem poderia ser dado o direito de emitir e com base em que finalidades? Essas não são problemáticas recentes, como vimos, suas definições acompanharam a história da radiodifusão em nosso país e estiveram estreitamente vinculadas com complexos embates em que os campos político, econômico, social e cultural dificilmente poderiam ser isolados.

Certamente, não se trata de uma simples questão tecnológica, não bastam frequências radioelétricas. Antes de qualquer coisa, é fundamental o desenvolvimento de práticas democráticas na apropriação dos meios de comunicação, pois, se o acesso à tecnologia convida ao centralismo, quer sua inspiração venha da ideologia do capital –que tem vocação de concentração e centralização– quer venha de projetos que buscam se opor a essa lógica, é também possível pensar em um controle que nasça não do poder de grupo, servindo a interesses individuais ou de minorias, mas de uma prática que não corrobore a hierarquia das relações sociais que definem nossa sociedade, em suma, de uma *praxis* social que não tenha como fim a criação de objetos sociais administráveis.

A relevância em abordarmos o espaço midiático brasileiro a partir de sua gênese está, entre outras questões, em explicitar que as três lógicas comunicacionais não correspondem mecanicamente às emissoras, isto é, não conferem identidade a cada uma delas, mas em todas, sejam elas privadas, públicas, livres ou comunitárias, perpassam práticas que correspondem a objetivos distintos e que tendem a predominar a depender do contexto onde se dão os embates.

As emissoras privadas não realizam exclusivamente a lógica do capital, como também as emissoras públicas não se definem pela lógica estatal, nem as livres e comunitárias seriam a representação da lógica dos movimentos sociais. É, ao contrário, na articulação entre as lógicas estatal/mercantil, mercantil/sociais e estatal/social que podemos apanhar as práticas concretas que são desenvolvidas na apropriação e nos usos dos meios de comunicação e, a partir daí, pensarmos um modelo democrático de comunicação para toda a sociedade brasileira.

## NOTAS

- 1 HAYE (de la), Yves (1984). *Dissonances: critique de la communication*, Grenoble: La Pensée Sauvage, p. 11-19.
- 2 Mais detalhadamente, o Estado se expressaria pela busca da conservação da hegemonia, de novos terrenos de acordos coletivos interclassistas, de “bodes expiatórios”, além do trabalho permanente sobre a consolidação do consenso e do desenvolvimento de um discurso político sobre temas de interesse nacional. Já o capital se coloca em busca do lucro, de verbas publicitárias elevadas, de referenciais secundários que definam os alvos de massa, bem como adapta o *marketing* em geral ao ramo específico das *mídia*, tendo uma linha de escrita que define a si mesma como “apolítica”; ao passo que os movimentos sociais se expressariam por intermédio de uma mobilização defensiva e ofensiva, na informação que levaria à ação, na luta sobre o terreno dos segredos, na defesa de interesses específicos e em uma linha de escrita polêmica. *Idem*, p. 19.
- 3 Como afirmam Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho, “o grau em que o Estado consiga avançar nesse sentido determina o nível de integração e as possibilidades de expansão, que podem ser alcançados pelo capital internacional. Simultaneamente, o modo específico de articulação entre os setores internacionalizados e o Estado demarca as áreas de expansão para o capital nacional privado, configurando uma estrutura monopolista singular. Como se vê, não se trata aqui de uma simples relação de exterioridade entre o Estado e o processo de industrialização (...). Assim, o processo de industrialização periférico só poderia completar-se através da organização de uma forma avançada de ‘capitalismo monopolista de Estado’”. BELLUZZO, Luiz Gonzaga e Luciano Coutinho (1998). “Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974”. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*, Luiz Gonzaga Belluzzo e Renata Coutinho (Org.), 4 ed., Rio de Janeiro: Brasiliense, p. 27.
- 4 BELLUZZO, Luiz Gonzaga y Maria da Conceição Tavares (1998). “Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil”. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Luiz Gonzaga Belluzzo y Renata Coutinho (Orgs.), São Paulo: Brasiliense, p. 140-154.
- 5 MATTELLAR, Armand e Hector Schmucler (1983). *L'ordinateur et le tiers monde. L'Amérique latine a l'heure des choix télématiques*, Paris: Cahiers libres, François Maspero, p. 124-141.
- 6 Nesse sentido resume César Benjamin: “Quando arrefeceu o impulso do crescimento rápido, tais fragilidades voltaram a dominar a cena, mostrando como eram superficiais as raízes nacionais e sociais do nosso desenvolvimento e desarticulando a possibilidade de ingresso em uma fase qualitativamente nova. Isso se deu ao longo dos anos 80, pela combinação de várias causas: a industrialização perde fôlego, a crise agrária transfere para as cidades mais gente do que a economia urbana pode absorver, o financiamento externo se interrompe, país é conduzido à esdrúxula situação de exportador de capitais e o principal agente interno condutor do crescimento –o Estado– se torna deficitário”. BENJAMIN, César et al (1998). *A opção brasileira*, Rio de Janeiro: Contraponto, p. 27/28.
- 7 SOARES, Laura Tavares Ribeiro (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*, Petrópolis: Vozes, p. 196-209
- 8 BENJAMIN ET AL (1998). *Ob. cit.*, p. 91.

- 9 A repressão política característica da última ditadura militar certamente possuía algumas peculiaridades que a distanciavam, segundo constata Marilena Chauí, do paradigma populista que define nossa matriz teológica do poder, cujo sustentáculo material encontra-se na forma como se dá a divisão de classes no país. No entanto, o interesse em destacá-lo aqui se deve ao fato de que se os governantes militares não se pautaram segundo esse paradigma, tal como na ideologia providencialista do desenvolvimentismo cuja expressão maior ocorreu com o governo de Juscelino Kubitschek, não desapareceu, do lado dos dominados, o messianismo como forma de expressão política popular que também sustenta aquela matriz teológico-política. CHAUI, Marilena de Souza (1994). “Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados”. *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, Evelina Dagnino (Org.), São Paulo: Brasiliense, p. 19-30.
- 10 CHAUI, Marilena de Souza (1989). *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, p. 47-62
- 11 CHAUI, Marilena de Souza (1994). *Ob. cit.*, p. 28-30
- 12 Para Marilena Chauí o populismo, como matriz teológico-política no Brasil, ergue-se a partir de um mito fundador que é conservado por intermédio das ideologias e essas, ao seu turno, ancoram-se no autoritarismo social presente nesse país. Quatro são os constituintes principais dessa matriz: a) a visão do país como paraíso terrestre, como reino da Natureza fora do mundo da História, no qual as questões que dizem respeito à constituição do social e ao advento do político não chegam a se colocar; b) a noção providencialista da história, que aproveita à classe dominante porque assegura que as instituições existentes são o plano divino realizado; c) a história teológica herética cristã que foi apropriada pelos dissidentes da igreja católica e pelas classes populares (o Padre Vieira no século XVII sua maior expressão). Nela, em oposição à história providencialista, a profecia do Reino de Mil Anos de Felicidade é marcada pelos primeiros combates entre o Anti-Cristo e o dirigente messiânico, no qual são depositadas as últimas esperanças; e d) na elaboração jurídico-teocêntrica do governante pela graça de Deus, na qual o homem teria perdido o direito ao poder em razão do pecado original, cabendo apenas ao representante divino governar mediante a realização e distribuição de favores segundo a lei dada por Deus. *Idem*, p. 22-30.
- 13 DANTAS, Marcos (2002). *A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais*, 2. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, p. 129-135.
- 14 ORTIZ, Renato (2001). *A moderna tradição brasileira*, São Paulo: Brasiliense, p. 38.
- 15 CAPPARELLI, Sérgio e Susy Santos (2002). “La televisión en Brasil”. *Historias de la televisión en la América Latina*, Guillermo Orozco (Coord.), Barcelona: Gedisa, p. 73-86.
- 16 ORTIZ, Renato. *Ob. cit.*, p. 155.
- 17 LARANJEIRA, Sônia (1990). “Classes e movimentos sociais na América Latina: questões para o debate”. *Classes e movimentos sociais na América Latina*, Sônia Laranjeira (Org.), São Paulo: Hucitec, p. 19-29.
- 18 Convém ressaltar que essas críticas não deveriam resvalar para a imputação de “culpas”, porque elas só foram possíveis a partir das lutas e dos conhecimentos acumulados pela sociedade.
- 19 Muitos autores se dedicaram ao estudo do que passou a ser chamado “sociedade pós-industrial” (ou para alguns pós-capitalista), tentando resumir com esse termo as profundas mudanças sociais, políticas, culturais e, sobretudo, econômicas que ocorreram após a década de 60. Assim não nada é fácil caracterizá-la em poucas palavras, mas pode-se dizer que tem estreita vinculação com a tese do fim da ideologia, lastreia-se na história das doutrinas organizacionais e que se assenta na idéia da emergência de uma sociedade sem classes, na qual o conhecimento e as tecnologias da informação toma lugar central nos conflitos sociais. Atualmente, tal expressão foi transposta para a de “Sociedade da Informação”. Para maiores informações ver MATTELART, Armand (2002). *História da sociedade da informação*, São Paulo: Loyola.
- 20 NEVEU, Erik (2002). *Sociologie des mouvements sociaux*, 3. ed., Paris: La Découverte, p. 66-68.

- 21 Para uma discussão sobre os paradigmas dos “novos” movimentos sociais e suas contribuições para analisar os movimentos brasileiros ver GONH, Maria da Glória Marcondes (1997). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, São Paulo: Loyola.
- 22 As discussões que Lênin levantou sobre a necessidade de um jornal para toda a Rússia, no famoso artigo *O que fazer?*, como forma de coordenar o fracionamento dos trabalhos realizados pelos jornais e comitês locais não são questões que parecem ecoar até hoje? Contra aqueles que já em sua época o acusavam de centralizador e doutrinador, por desprestigiar as potencialidades de uma organização central que nascesse espontânea e democraticamente do trabalho local de cada militante, respondeu: “sigue levantando orgullosamente su cabeza la tendencia del eclecticismo sin principios, que se adapta a cada nueva corriente, sin saber distinguir entre las exigências del momento y las tareas fundamentales y las necesidades constantes del movimiento en su conjunto”. LENIN, V. I. (1973). “¿Qué hacer?”. *La información de clase*, Buenos Aires: Siglo XXI, p. 37.
- 23 ALVES, Maria Helena Moreira (1989). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*, 5. ed., Petrópolis: Vozes, p. 225-227.
- 24 Recuperando as contribuições de Brecht, principalmente em suas análises desenvolvidas no texto *Teoria do Rádio*, Hans Magnus Enzesberger fazia, nesses termos, recordar a uma certa esquerda as potencialidades libertadoras dos novos meios de comunicação. Ver ENZESBERGER, Hans (1979). *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- 25 Afastando-se dos intermináveis debates entre os marxistas de sua época a respeito da prevalência da estrutura ou da superestrutura, Gramsci desvia essa questão para analisar o vínculo existente entre esses dois momentos. A função de manutenção do vínculo orgânico, responsável pela emergência e concretização de um bloco histórico, foi atribuindo a um grupo social, designado por ele como intelectuais orgânicos que, sendo “funcionários da superestrutura”, fariam a gestão da hegemonia em prol da classe fundamental dirigente com vistas à integração em um sistema social segundo valores culturais (ideologia, para Gramsci). Para Gramsci, os meios de comunicação teriam importância vital porque fariam parte da “estrutura ideológica”, cuja tarefa precisa seria a de difundir a ideologia e criar consenso em torno dela (a chamada “opinião pública”). PORTELLI, Huges (1977). *Gramsci e o Bloco Histórico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 44-50. Acrescentaria ainda que esses meios também são cruciais, mas em outro sentido –para desagregação da hegemonia da classe dirigente. Nesse sentido, podem ser compreendidos os argumentos que afirmam a necessidade do monopólio público de radiodifusão para melhor gestão do espaço radioelétrico - bem coletivo -, como também aqueles que se apóiam nas limitações técnicas para justificar a não concessão de licenças para emitir aos sindicatos de trabalhadores, por exemplo.
- 26 No Brasil, a origem imediata das CEBs deve ser buscada em três trabalhos convergentes: “a) a preocupação evangelizadora comunitária, expressa através dos catequistas populares da diocese de Barra do Pirai (RJ); b) o Movimento de Educação de Base (MEB), com a catequese radiofônica, na diocese de Natal (RN); c) experiências de apostolado dos leigos e os esforços de renovação paroquial, dentro de um amplo movimento de renovação que se codificou nos Planos Nacionais de Pastoral”. GOMES, Pedro Gilberto (1990). *O jornalismo alternativo no projeto popular*, São Paulo: Paulinas, p. 8.
- 27 Para maiores informações sobre o antagonismo meios de comunicação de massa/meios alternativos ver PERUZZO, Círcia Maria Krohling (1999). *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*, 2. ed., Petrópolis: Vozes.
- 28 BETTO, Frei (1985). *O que é comunidade eclesial de base*, São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, p.24-25.
- 29 Em 1981 estimava-se que existiam aproximadamente 80.000 CEBs que se concentravam principalmente nas regiões rurais e nas periferias pobres das cidades. ALVES, Maria Helena Moreira (1989). *Ob. cit.*, p. 231.

- 30 NUNES, Maria Aparecida Meiliani (1995). *Rádios livres: o outro lado da voz do Brasil*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, São Paulo, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, p. 41-58.
- 31 SOUZA, Herbet (1996). *Informação para a base*. Rio de Janeiro: Ibase, p. 3.
- 32 FICO, Carlos (1999). *Ibase: usina de idéias e cidadania*, Rio de Janeiro: Garamond, p.45-56.
- 33 SNI significa Serviço Nacional de Informação, órgão que durante o regime militar concentrava as informações que normalmente se chamam de “segredo de Estado”.
- 34 FICO, Carlos (1999). *Ob. cit.*, p. 62.
- 35 Idem, p. 61
- 36 TAVARES, Maria da Conceição (1996). “Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora”. (*Desajuste global e modernização conservadora*, Maira da Conceição Tavares e José Luís Fiori, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 25-31.
- 37 NEVEU, Erik (1997). *Une société de communication?* 2. ed., Paris: Montchrestien, p. 51-63.
- 38 Idem, p. 57-60
- 39 FIORI, José Luís (1996). “Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro”. (*Desajuste global e modernização conservadora*, Maira da Conceição Tavares y José Luís Fiori, Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 159.
- 40 A respeito da imagem da “crise” como tema de mobilização popular consultar CHAUÍ, Marilena (1985). “Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira”. *Ideologia e mobilização popular*, Marilena de Souza Chauí e Sylvia Carvalho Franco, 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 119-149.
- 41 FERNANDES, Ana Elizabete Simões da Mota (2000). *Cultura da crise e segurança social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*, 2. ed., São Paulo: Cortez.
- 42 MOTTER, Paulino (1994). *A batalha invisível da constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Brasília, Universidade de Brasília.